



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
COORDENAÇÃO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

Linha de Pesquisa: Geografia Cultural e da Percepção

EDSON DA SILVA CABRAL

**RÁDIOS COMUNITÁRIAS E ESPAÇO URBANO: ESTUDO DE CASO A PARTIR DA
RÁDIO ARAÇÁ, MARI-PB**

**GUARABIRA/PB
2024**

EDSON DA SILVA CABRAL

**RÁDIOS COMUNITÁRIAS E ESPAÇO URBANO: ESTUDO DE CASO A PARTIR DA
RÁDIO ARAÇÁ, MARI-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado junto à coordenação do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação, em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Licenciado em Geografia. Sob a orientação do Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

Linha de Pesquisa: Geografia Cultural e da Percepção.

**GUARABIRA/PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C117r Cabral, Edson da Silva.
Rádios comunitárias e espaço urbano [manuscrito] : estudo de caso a partir da rádio Araçá, Mari-PB / Edson da Silva Cabral. - 2024.
43 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.
"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto, Coordenação do Curso de Geografia - CH. "

1. Rádios comunitárias. 2. Espaço urbano. 3. Perspectiva Geográfica. I. Título

21. ed. CDD 791.4

EDSON DA SILVA CABRAL

**RÁDIOS COMUNITÁRIAS E ESPAÇO URBANO: ESTUDO DE CASO A PARTIR DA
RÁDIO ARAÇÁ, MARI-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia, sob a orientação do Professor Dr. Belarmino Mariano Neto, na Universidade Estadual da Paraíba, através da Pró-Reitoria de Ensino, Médio, Técnico e Educação a, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura em Geografia.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto UEPB/CH/DG
Orientador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa UEPB/CH/DG
(Doutor em Geografia pela UFPE)



Profa. Dra. Angélica Mara de Lima Dias UEPB/CH/DG
(Doutora em Geografia pela UFPB)

Ao Grande Arquiteto do Universo,
aos meus pais (*in memoriam*) e a minha família,
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Grande Arquiteto do Universo, por ser o sustento de minha vida: “eu te louvarei meu, senhor, de todo meu coração proclamarei todas as tuas maravilhas.” (S1 9,2).

Aos meus pais, Severino Alexandre (*in memoriam*) e Marlene Cabral (*in memoriam*), que foram e são minha fonte de força e inspiração, me criaram e me ajudaram a formar meu caráter.

A minha esposa, Edvânia, que é o grande amor de minha vida e tanto me auxiliou em todos os momentos, no qual completamos esse ano mais um aniversário juntos.

Aos meus filhos, Elyson, Elyan e Elysa, fonte da minha inspiração e de todo meu amor. A eles que tanto me ajudaram e me incentivaram a concluir essa graduação. Agradeço ao meu orientador Belarmino Mariano, por toda sua ajuda e troca de conhecimentos durante toda a graduação.

Agradeço a minha banca composta pelo Dr. Fábio Dantas e Dra. Angélica Dias. A todos que fazem a rádio comunitária Araçá FM, na pessoa do diretor presidente João Marinho.

Aos professores da UEPB, por todo apoio e troca de conhecimentos durante esses anos de graduação, foram essenciais para meu crescimento profissional.

A coordenação do curso de Geografia da UEPB.

A funcionária pública do curso de geografia da UEPB, Elizângela do Nascimento Cruz.

Aos meus colegas de Sala, que me ajudaram, em especial, Pedro, Bruno e Julia.

A todos, minha irrestrita e eterna gratidão.

LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

TÍTULO DO TRABALHO: RÁDIOS COMUNITÁRIAS E ESPAÇO URBANO: ESTUDO DE CASO A PARTIR DA RÁDIO ARAÇÁ, MARI-PB

LINHA DE PESQUISA: Geografia Cultural e da Percepção

AUTOR(A): Edson da Silva Cabral

ORIENTADOR: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

EXAMINADOR: Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa (UEPB/CH/DG)

EXAMINADORA: Profa. Dra. Angélica Mara de Lima Dias (UEPB/CH/DG)

RESUMO

As emissoras comunitárias de rádio no Brasil, nasceram a partir de um desejo: desenvolver uma comunicação voltada para os movimentos sociais e suas lutas por participação, cidadania e emancipação popular. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho visa analisar a atuação das rádios comunitárias sob o espaço urbano a partir de uma perspectiva geográfica. Os procedimentos metodológicos utilizados para a escrita do trabalho estão fundamentados na revisão bibliográfica de autores e pesquisas que abordam a temática discutida, além da realização de um estudo de caso realizado na Rádio Comunitária Araçá FM, enfatizando a importância e as contribuições da organização para a democratização da informação, o desenvolvimento urbano e a produção cultural do município de Mari, na Paraíba. Os resultados obtidos demonstram a relevância e os múltiplos benefícios da atuação das rádios comunitárias sob o espaço urbano, contribuindo para a democratização da informação nas cidades, para a produção e o fortalecimento da cultura das comunidades, no engajamento da economia por meio da publicidade e dos apoios culturais, além de consolidar-se como um espaço de mobilização e organização social, política e cidadã. Conclui-se que a manutenção das emissoras e a organização de suas programações construídas e voltadas para o povo, com a participação dos membros da comunidade, contribuem para a liberdade de expressão dos grupos e comunidades marginalizadas, atuando como uma importante ferramenta de reivindicação da população acerca dos seus direitos sociais, tornando conhecidas as principais demandas e problemas que integram o cotidiano das cidades com a finalidade de cobrar do poder público o cumprimento de seus deveres fundamentais.

Palavras Chave: Rádios comunitárias. Espaço urbano. Perspectiva Geográfica.

DEGREE IN GEOGRAPHY**TITLE OF THE WORK:** COMMUNITY RADIOS AND URBAN SPACE: CASE STUDY FROM RADIO ARAÇÁ, MARI-PB**LINE OF RESEARCH:** Cultural Geography and Perception**AUTHOR(S):** Edson da Silva Cabral**ADVISOR:** Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)**EXAMINER:** Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa (UEPB/CH/DG)**EXAMINER:** Profa. Dra. Angélica Mara de Lima Dias (UEPB/CH/DG)**SUMMARY**

Community radio stations in Brazil were born from a desire: to develop communication focused on social movements and their struggles for participation, citizenship and popular emancipation. In this context, the objective of this work aims to analyze the performance of community radios in urban space from a geographic perspective. The methodological procedures used to write the work are based on the bibliographical review of authors and research that address the topic discussed, in addition to carrying out a case study carried out at Rádio Comunitária Araça FM, emphasizing the importance and contributions of the organization to democratization information, urban development and cultural production in the municipality of Mari, in Paraíba. The results obtained demonstrate the relevance and multiple benefits of community radios operating in the urban space, contributing to the democratization of information in cities, to the production and strengthening of community culture, to the engagement of the economy through advertising and cultural support, in addition to consolidating itself as a space for social, political and citizen mobilization and organization. It is concluded that the maintenance of broadcasters and the organization of their programming built and aimed at the people, with the participation of community members, contribute to the freedom of expression of marginalized groups and communities, acting as an important tool for the population's demands. about their social rights, making known the main demands and problems that are part of the daily life of cities with the purpose of demanding that public authorities comply with their fundamental duties.

Keywords: Community radios. Urban space. Geographic Perspective.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Prédio da emissora Rádio Comunitária Araça FM	30
Figura 2 Prédio da emissora Rádio Comunitária Araça FM	30
Figura 3 Prédio da emissora Rádio Comunitária Araça FM	31
Figura 4 Instalações internas emissora Rádio Comunitária Araça FM.....	31
Figura 5 Instalações internas emissora Rádio Comunitária Araça FM.....	31
Figura 6 Programação da Rádio Araça FM	37

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAÇO/RS - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no Rio Grande do Sul

AERP - Associação das Emissoras de Rádio do Paraná

SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS E O ESPAÇO URBANO BRASILEIRO.....	15
2.1 Características do espaço urbano no Brasil.....	15
2.2 As rádios comunitárias no Brasil.....	20
3 METODOLOGIA.....	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE	43

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o espaço urbano integram um conjunto de conceitos, processos, fenômenos e dinâmicas que relacionam múltiplos aspectos pertencentes ao conceito de espaço, a concepção do urbano e a forma integrada como essas duas categorias podem ser compreendidas (Lefebvre, 2002).

Por meio dos estudos geográficos, a análise do urbano exige o conhecimento e as discussões sobre o espaço (vice-versa), reafirmando a relação direta entre os dois conceitos e a importância de ambos os estudos para a compreensão integral dessa temática, justificando a discussão de cada um dos conceitos, para depois interligá-los. O urbano, na Geografia, não deve ser compreendido como uma realidade acabada, pelo contrário, esse é um espaço em constante transformação diante das dinâmicas sociopolíticas e econômicas que modificam essas realidades, produzindo novas paisagens, configurações comerciais e outros processos característicos das cidades brasileiras (Santos, 1996).

O espaço urbano é marcado pela concentração das atividades de produção capitalista, com ênfase nas expressões de investimentos, comercialização e produção do trabalho. Contudo, para além das relações de mercado, é também nesse espaço que acontecem as relações sociais de vivência, as manifestações dos elementos culturais da cidade e das regiões (costumes, crenças, expressões artísticas e comunitárias), como todos os outros fenômenos produzidos pela população brasileira, justificando a complexidade desse estudo e a necessidade de uma concepção integral de todos os aspectos que fazem parte do urbano e do espaço geográfico (Corrêa, 2011).

Dentre os elementos constituintes do espaço urbano brasileiro, as rádios comunitárias integram não só um dos meios mais relevantes de democratização da informação, mas também fazem parte da história das cidades e da produção cultural.

Segundo Oliveira (2007), as emissoras comunitárias de rádio no Brasil, nasceram a partir de um desejo: desenvolver uma comunicação voltada para os movimentos sociais e suas lutas por participação, cidadania e emancipação popular. Ou seja, um meio de democratização da informação nas cidades em que se produz cultura, educação e conhecimento para todas as classes.

As ondas de rádio representam um espaço geográfico em que circulam ideais, informações, comunicações em constante dinâmica. As pessoas através dos receptores de rádio e hoje, com as novas tecnologias da informação e comunicação,

também acessam as emissoras, através de celulares e computadores, além de rádios digitais e em automóveis, ampliando em muito, as possibilidades comunicativas.

Costa (2011) ainda destaca que as rádios comunitárias propõe uma finalidade diferente dos demais meios de comunicação, centralizada em uma programação realmente democrática, aberta aos interesses da comunidade como um todo, com programas e espaços que possibilitam o acesso a informação para as classes populares, a produção cultural por meio da inclusão e participação de artistas da terra, além das divulgações dos comércios locais e demais atividades de origem social, econômica, religiosa e cultural.

Essas características, fazem com que as rádios comunitárias possuam um caráter público civil, divergindo e diferenciando-as dos grandes vinculadores midiáticos, principalmente por apresentar um caminho político-ideológico pautado na organização de base popular com representatividade social. Dentre outras especificidades, Peruzzo (2010) também disserta o fato das mesmas buscarem ser diferentes das demais rádios em sua finalidade, na organização coletiva de vínculo direto com o *locus* de atuação; no teor libertário expressivo do editorial, com grades e programações que devem ter como alvo a comunidade e o ideal das difusoras populares.

Assim, no contexto do espaço urbano brasileiro, as rádios comunitárias podem ser vistas e estudadas como uma das instituições e elementos de maior contribuição para a democratização da informação, para o desenvolvimento das cidades e para a produção cultural da comunidade onde estão inseridas. Todos esses fatores, impulsionaram a produção da presente pesquisa e a discussão sobre a atuação das rádios comunitárias sobre o espaço urbano, a partir de um olhar geográfico.

A Geografia tem como objeto de estudo o espaço geográfico (Lefebvre, 2002). Esse espaço, seja ele o urbano ou meio rural, constitui-se das relações entre os humanos e o meio em que vivem. As relações sociais (pessoais e interpessoais), a transformação do meio (natureza) por meio do trabalho e os mecanismos desenvolvidos pelas diferentes sociedades no decorrer da história para modificar a paisagem conforme seus objetivos, constituem o processo de produção do espaço geográfico, assim, “trata-se de um espaço vivido, vinculado à prática social” (Lefebvre, 2008, p. 40).

Com base em Santos (1978), o espaço é a natureza socializada, onde fenômenos apresentados como naturais, são, contudo, sociais, pelas interferências e ações dos homens sobre o meio.

Se comunicar através de diferentes meios é o principal elemento de coesão social, pois se transmite ideias, pensamentos e projeções para uma vida coletiva ou em comunidade. Pode-se afirmar, portanto, que a sociedade se materializa no espaço, por meio dos discursos e ações, produzindo o espaço urbano e rural conforme as influências do sistema vivido. Nesse sentido, o estudo do espaço urbano, da história das cidades, das relações sociais, das desigualdades, fenômenos e demais elementos que integram os estudos geográficos necessitam de um olhar amplo, que também analisem a influência e as contribuições dos meios de comunicação, como as rádios comunitárias, para o desenvolvimento das cidades.

Almeida e Guindane (2010) ressaltam que as rádios comunitárias desempenham um papel crucial na promoção do empoderamento e da participação cidadã em comunidades locais. Essas rádios, geralmente gerenciadas e operadas por membros da própria comunidade, fornecem um espaço para que vozes locais sejam ouvidas, permitindo que os cidadãos expressem suas preocupações, necessidades e opiniões.

Ao transmitir programas que abordam questões específicas da comunidade, como educação, saúde, cultura local, meio ambiente e política, as rádios comunitárias capacitam os moradores a participar ativamente dos assuntos que afetam suas vidas (cidadania). Assim, as rádios comunitárias desempenham um papel imprescindível na construção da identidade cultural e no fortalecimento dos laços sociais, atuando em áreas relevantes para o estudo da Geografia (Leão, 2010).

Dessa forma, o objetivo geral do presente trabalho visa analisar a atuação das rádios comunitárias sob o espaço urbano a partir de uma perspectiva geográfica. Os objetivos específicos organizam-se da seguinte forma: a) Refletir o conceito e as características do espaço urbano brasileiro; b) Abordar a história e a importância das rádios comunitárias nas cidades e comunidades do país; c) Destacar as contribuições da Rádio Comunitária Araça FM para a democratização da informação, e a produção cultural do município de Mari, na Paraíba.

A rádio municipal e comunitária Araçá, localizada na cidade de Mari-PB, é um meio de comunicação transmitido por meio de ondas de sintonia FM, no número 105.9. A mesma cumpre um papel essencial dentro da comunidade, transmitindo conhecimentos e informações sobre a cultura, economia, política, educação e outros saberes que contribuem para o aprendizado dos seus ouvintes.

Além disso, a emissora serve como um elemento de divulgação do poder público municipal para compartilhar eventos, obras e demais ações da prefeitura, em prol da população.

Os comerciantes e empreendedores locais também utilizam da programação para a divulgação dos seus serviços e produtos, favorecendo a economia local e enquanto rádio comunitária, também é concedido o espaço para a produção cultural, com a participação de artistas da terra, a divulgação de ações e eventos nos bairros, entre outras múltiplas informações que mantém a população local não só como ouvintes, mas como colaboradores para o funcionamento e mantimento da rádio.

Desde sua fundação em 1998, até os dias atuais, a Rádio Comunitária Araça FM tem contribuído para a democratização da informação e a construção da identidade cultural do município de Mari, justificando a escolha dessa instituição para a reflexão no presente trabalho.

2 AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS E O ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

2.1 Características do espaço urbano no Brasil

O espaço urbano é uma demonstração de cultura, de desenvolvimento econômico, da política, das desigualdades, dentre outros fenômenos sociais que são essenciais para os estudos geográficos (Lefebvre, 2002). As sociedades e comunidades produzem o seu espaço conforme suas características de produção e experiência social. Nesse sentido, o urbano não é homogêneo e imutável, pelo contrário, diante das transformações espaço-temporais que permeiam os países e regiões, o urbano prossegue em modificações, com novas configurações, resplandecendo as relações sociais, com ênfase nas relações entre as classes.

Para Santos (1978, p. 153) “O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”.

As funções configuram-se como as atividades desenvolvidas pela sociedade sobre o espaço, impulsionadas pela dinâmica capitalista de produção e materializada no contexto do trabalho e das relações cotidianas. A forma é a estrutura (material e imaterial) que essa produção promove no espaço geográfico, constituindo um processo de função (atividade) e forma, enquanto resultados. A forma como as casas, habitações, conjuntos habitacionais, favelas, condomínios e prédios são estabelecidos no urbano é uma das configurações do urbano que expressam esse espaço vivido e vivo, que permanece em transformação e transmitindo as implicações do capital sobre ele.

A geografia tem o Espaço Geográfico como uma das principais unidades teóricas para organização conceitual da ciência, nesse sentido, sobre o espaço, Massey (2008, p. 29) acrescenta que:

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno; Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade [...]; Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se.

O espaço urbano, nesse contexto, não se apresenta de uma única forma e por meio dos mesmos processos ao redor do Brasil: cada lugar, cidade e região produz um urbano conforme as influências sociais, políticas, econômicas e culturais que compõe esse espaço, assim, o estudo do espaço urbano exige (primeiramente) uma análise global do conceito e suas fundamentações teóricas e epistemológicas, e em seguida, uma análise do urbano local e específico.

Como partes da estrutura geral do espaço urbano, têm-se o centro da cidade, o bairro, a rua e a praça que representam divisões da organização desse espaço urbano. Essa organização é resultado de um processo conceitual de planejamento urbano que integrou algumas cidades brasileiras na segunda metade do século XX (Villaça, 2010).

Todavia, em outros diversos espaços urbanos, esse planejamento não aconteceu mediante a ação do poder público e de agentes estratégicos, assim, o próprio espaço e as relações de poder exercidas pela população e pelo capital influenciaram as configurações e divisões de cada área estabelecida no urbano.

Bairros, praças, ruas, comunidades inteiras são criadas, recriadas, modificadas e até mesmo, desfeitas, tendo como justificativa a lógica e as motivações socioespaciais do sistema capitalista de produção. A paisagem dessas porções do urbano integram a presença das ações do poder público, das propriedades privadas e das formas de produção comercial que estão presentes de forma dominante nos principais centros urbanos do país.

Corrêa (1995) descreve características dos agentes de formação desse espaço urbano ao afirmar que

O conjunto dos usos da terra justapostos entre si definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, e entre outras aquelas reservadas a futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (Corrêa, 1995, p. 7).

Pode-se inferir, que esse espaço urbano fragmentado possui sempre uma lógica de organização, pois, até mesmo as cidades que não obtiveram um planejamento urbano estratégico, desenvolveram uma estruturação natural por meio dos agentes concentrados em cada local e seus objetivos ideológicos e financeiros. Os estudos e a interpretação do espaço urbano brasileiro, seja das grandes cidades ou das médias e pequenas deve levar em consideração os agentes sociais (a população) que viveram e vivem nesses espaços, pois, por meio do conhecimento desses agentes é que se pode compreender o processo de construção do urbano, suas causas, consequências, complexidades e implicações.

Não é aleatório que nos centros das cidades a organização do urbano evidencie a presença de lojas, meios de produção, empresas, empreendimentos privados, além de casas e apartamentos de grande porte, com altos investimentos do poder público em praças, asfalto e iluminação. Ao mesmo tempo que em outros bairros e comunidades mais deslocadas e carentes, persistam os problemas de saneamento básico, iluminação pública, asfalto, além do baixo investimento privado, com a ausência de grandes lojas e empresas.

Essas características manifestadas na paisagem e nos aspectos do urbano demonstram a influência e a predominância dos agentes socioespaciais capitalistas, por meio das forças de produção e os interesses públicos e privados que privilegiam porções do espaço, em detrimento de outras.

Na Geografia, entre os elementos socioespaciais, existem diferentes correlações e diferenciações, além de desigualdades que dão materialidade ao espaço. Conforme destaca Corrêa (2011), a compressão dos agentes sociais que transformam o espaço é imprescindível para o seu estudo e compreensão.

Os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os Estados e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação o espaço é produzido, impregnado de materialidades como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos como ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados à estética, status, etnicidade e sacralidade (Corrêa, 2011, p. 44).

Ainda conforme destaca o autor, no contexto de formação do urbano brasileiro, assim como em outros países do mundo, não apenas o capital é evidenciado, mas os grupos sociais marginalizados e sua produção também é manifestada. O espaço urbano não se refere apenas ao que está materializado (prédios, empreendimentos, estabelecimentos, rodovias), o urbano também deve ser interpretado pelas imaterialidades que se concentram nas relações sociais desenvolvidas no dia a dia.

Para Corrêa (2011), a vida urbana depende dos vendedores de produtos estabelecidos em praças e esquinas, os fluxos dos trabalhadores urbanos que se deslocam de suas comunidades para os centros, os comerciantes ambulantes das ruas, semáforos e avenidas, os moradores de rua e outros integrantes dos grupos dos “excluídos”, também são agentes formadores do espaço urbano brasileiro, modificando-o e sendo modificados conforme a realidade presenciada diariamente nesses lugares.

Nesse cenário, o urbano também é uma demonstração da diferenciação socioespacial, conseqüente de todo o processo histórico de produção característicos de cada lugar, marcado “pelas desigualdades que viram diferenças” (Spósito, 2011, p. 129). Esses aspectos integrantes do espaço urbano podem ser resumidos por meio da tríade abordada por Lencioni (2018, p. 162), denominada de “homogeneização, fragmentação e hierarquização”.

A homogeneidade de padrões de organização urbana conforme os interesses do capital em diversos centros, a fragmentação do espaço por consequência das ações e motivações desses agentes que evidenciam a hierarquização presente em todo esse processo. Na reflexão do urbano, o conceito de cidade também é importante. Brandão (2006, p. 10) também destaca a cidade enquanto um local de encontro não só de pessoas, “mas entre vários tempos, espaços, saberes, tecnologias, produtos, tradições e culturas”.

As tradições, costumes, crenças e diversos saberes e conhecimentos culturais também estão presentes nas cidades, ao mesmo tempo que são a própria cidade. Desde as primeiras vilas, até as cidades atuais, as cidades brasileiras são formadas por povos indígenas, afrodescendentes, europeus, brancos, entre outros grupos étnicos que influenciaram diretamente na formação dos centros urbanos.

Prédios, ruas e patrimônios históricos construídos em diferentes períodos, além das praças, festividades, costumes culinários e crenças religiosas manifestam-se nas cidades e por meio das cidades, demonstrando a pluralidade da cultura brasileira repletas de significado, valores e saberes que requerem valorização.

Quando falamos de espaço urbano, a depender da escala, existem desde pequenas cidades a médias e grandes aglomerações urbanas, que precisam ser estudadas em suas reais dimensões. Nesse contexto, segundo Callai (2000, p. 127), a cidade representa

Antes de mais nada, os laços que ligam as várias pessoas que compartilham um mesmo território para morar, para trabalhar, para satisfazer suas necessidades de sobrevivência [...]. Um modo interessante de estudar a cidade é fazer a leitura que cada um tem desse espaço que nos acolhe, nos abriga, mas que nos impõe regras (Callai, 2000, p. 127).

Esses laços representam a cidade enquanto um espaço de vivência e sobrevivência, onde realizações e sonhos pessoais e profissionais são buscados por meio da educação, do esporte, do trabalho e de diversas outras atividades desenvolvidas e possibilitadas nos núcleos urbanos. O desenvolvimento do setor comercial, por exemplo, tem contribuído com a transformação de diversas histórias individuais e de famílias completas por meio do trabalho, tanto enquanto colaboradores, como na posição de microempreendedores e empresários.

Em contrapartida, na mesma cidade, contextos de pobreza, violência e desigualdade têm se tornado cada vez mais amplos (Oliveira; Silva Neto, 2020). Conforme Lefebvre (2011), existe uma necessidade urgente de reivindicação acerca do “direito à cidade” retirado por meio das lógicas de produção e reprodução de cunho capitalista, fragmentando morfologicamente a cidade e causando diversos cenários de segregação socioespacial.

Santos (1994), nos alerta para as pessoas em situação de miserabilidade, moradores de rua, comunidades e moradias edificadas em lugares com condições inabitáveis, o aumento da insegurança, do desemprego estrutural, do preconceito, da violência e da exclusão social, além dos problemas causados pelo crescimento horizontal e vertical das cidades.

Na atualidade podemos incluir a esses pensamentos geográficos, a ausência de saneamento básico, infraestrutura de serviços de transportes, saúde, internet, lazer, educação e políticas sociais que formam diversas dificuldades vivenciadas por grande parte da população que residem nas cidades brasileiras, levando ao seguinte questionamento: essas pessoas têm tido o direito de uma vida digna nas cidades?

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres.

A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial (Santos, 1994, p. 10).

O pensador francês Lefebvre (2011), retrata a ideia de o direito à cidade, nesse contexto, é uma reivindicação acerca das desigualdades que afetam grande parte da população urbana, resultando no apelo e na resistência para que os direitos básicos à vida não sejam negligenciados e menosprezados para a população mais pobre. O autor discute e conceitua o direito à cidade enquanto um “grito” e uma exigência pela garantia desses direitos análogos aos dispostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esse grito é posto em prática, principalmente, pelas comunidades, iniciativas comunitárias, movimentos sociais urbanos, entre outras reivindicações, ajuntamentos e manifestações sociais que discutem pautas relacionadas ao combate à violência urbana, contra a mulher, o público LGBTQIA+, a população negra, os moradores de rua e outras minorias que são diretamente atingidas pelas injustiças sociais.

Dentre os espaços possíveis para a democratização da informação, da cultura e das reivindicações sociais na cidade, as rádios comunitárias representam no Brasil, um dos mais relevantes meios de comunicação, exercício da cidadania e possibilidade de participação social, inclusive dos grupos menos favorecidos. Como destaca Oliveira (2007), o surgimento das rádios alicerçadas no preceito de “comunitárias”, possui exatamente a finalidade de ser um espaço de comunicação, produção do conhecimento e contribuição sociocultural voltadas para povo, para as necessidades e demandas das comunidades e por meio das comunidades.

Diante dessa reflexão teórica e conceitual sobre o espaço urbano e a cidade, o estudo das rádios comunitárias e suas contribuições no espaço urbano brasileiro, especialmente nas cidades e comunidades onde estão inseridas, constituem-se como uma relevante temática para os estudos geográficos. Essa escolha no campo de estudo da Geografia é fundamental pois existe um espaço da circulação ou dos fluxos como apregoa Santos (1996).

2.2 As rádios comunitárias no Brasil

No Brasil, conforme Pereira *et al.* (2019), a produção e comercialização do rádio, em escala industrial, se dá a partir dos anos 1940. Este aparelho retoma a oralidade e faz a comunicação entre analfabetos e letrados, entre os ouvintes e os “donos da voz”, estando presente nas casas de milhões de brasileiros, de todas as classes, até os dias atuais.

Ainda segundo os autores, a partir do rádio, as emissoras de rádio comunitárias e comerciais compartilham seus conteúdos e propostas comunicativas diariamente, atuando como um dos principais meios de comunicação no país. Diante disso, destaca-se a importância de compreender as diferenças entre as rádios comunitárias e as rádios comerciais, visto que não só atuam de forma diferente, com propósitos distintos, como também estão estabelecidas em fundamentos que se divergem.

Segundo definição da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no Rio Grande do Sul (ABRAÇO/RS, 201), desde a primeira transmissão oficial de rádio no Brasil em 07 de setembro de 1922, as emissoras passaram a ser criadas por diferentes grupos, órgãos e setores da sociedade. As rádios comerciais pertencem a empresas privadas que operam com fins lucrativos, ou seja, por meio do espaço publicitário e de suas programações, buscam atrair as empresas e o público no geral a divulgarem seus produtos e serviços, com foco no consumo e divulgação das marcas.

As estratégias de patrocínio, anúncios, marketing, entre outras iniciativas são operacionadas por meio das rádios comerciais diante da monetização, como uma relação de troca entre a emissora e as empresas. Costa (2011) ainda disserta que uma das principais diferenças está na proposta das programações, visto que nas rádios comerciais o foco está na produção do entretenimento com programas especializados, talk shows, entre outros.

Também são produzidos programas voltados para a comunidade, promovendo discussões de caráter social, político, econômico e cultural, visando estabelecer uma programação diversa e que atraia os ouvintes, para além dos anúncios comerciais. Contudo, a presença desse tipo de programa é bem menor quando comparadas as rádios comunitárias, e no espaço entre as programações, os anúncios e ações de marketing são desenvolvidos de forma abrangente.

Desde sua implantação e disseminação no espaço urbano brasileiro, as emissoras de rádio comerciais atraem desde as grandes empresas, até os microempreendedores com foco de utilizar o meio de comunicação para a aquisição lucrativa. Diante dessas características, a participação do público também não faz parte das bases de funcionamento, não tendo influência direta na programação, sendo a responsabilidade pela própria equipe de idealizadores das emissoras privadas com foco em seus interesses. Além das rádios comerciais e comunitárias, Ribeiro e Esteves (2022) abordam a criação da rede de emissoras de caráter cultural e educativo em 1983, as denominadas Rádios Educativas.

Em 1983, a proposta foi materializada por meio do Sistema Nacional de Rádiodifusão Educativa (SINRED), criado pelo governo federal e distribuída em todo território diante das emissoras estatais. A finalidade é promover por meio das programações o acesso a conteúdos educativos diversos, discussões relacionadas a cultura brasileira, ações do Ministério da Educação, entre outros programas que não possuem propagandas ou recursos de caráter comercial e econômico.

Ambos os sistemas de comunicação, as rádios comerciais e as rádios educativas são essenciais para a sociedade, influenciando diretamente no compartilhamento de informações, na produção de conhecimento, no engajamento e fortalecimento da economia nas cidades por meio da publicidade, além de serem espaços específicos extremamente estratégicos para seus diferentes fins: lucrativos ou educacionais.

Silva (2010) reafirma que as rádios aquecem o setor econômico do espaço urbano, favorecem e fornecem um excelente meio de divulgação para as empresas e organizações, também promovendo programas de entretenimento consumidos por milhares de brasileiros em suas casas, trabalhos, carros, entre outros espaços em que possam estar sintonizados. Nos programas musicais, talk shows, entre outras propostas, também é prestado um serviço de entretenimento e lazer ao público.

Da mesma forma, as rádios educativas promovem acesso à educação para todas as classes com conteúdos relevantes que promovem a aprendizagem de seus ouvintes e a construção de conhecimento. As rádios comunitárias, contudo, surgiram com uma proposta completamente diferente das citadas acima, obtendo princípios ainda mais significativos, propositais e atuantes no que se refere às comunidades que integram o espaço urbano brasileiro e suas demandas sociais, políticas e econômicas.

As rádios comunitárias foram criadas com o objetivo de serem uma ferramenta para conectar as comunidades locais e dar voz às suas necessidades e interesses. Assim, o foco não está pautado em fins econômicos, mas em promover um meio de comunicação destinado a construção da identidade cultural, no fortalecimento dos laços sociais e na cooperação entre as comunidades urbanas, de tal forma que as programações não são só elaboradas *para* elas, como *por* elas.

Pode se afirmar que o principal objetivo da rádio comunitária, desde sua criação, é exercer uma função social, contribuindo com a valorização da comunidade, gerando a integração entre as famílias, debatendo assuntos e demandas importantes para o bem-estar coletivo: saúde, educação, política, economia, esportes, desigualdades sociais, entre outras pautas que não são abordadas nas demais propostas de rádio.

Sobre os meios de comunicação em experiências comunitárias, Andrade, Meneguetti e Braz (2011, p. 2), dissertam que as rádios comunitárias eram:

Conhecidas inicialmente como rádios piratas, justamente por terem frequências e programações voltadas para contestar o sistema, tais rádios saíram do campo alternativo para o campo comunitário, precisamente por envolverem ou tentarem envolver as comunidades dos locais antes sedes das rádios piratas.

A ideia de “rádio pirata” é exatamente pela diferente proposta de fugir dos propósitos comerciais, alinhados aos interesses das grandes mídias e estruturas capitalistas, promovendo o espaço para comunidade discutir, contestar e construir conhecimentos e assuntos voltados para a população marginalizada. Oliveira (2020) afirma que a história das rádios comunitárias no país é marcada por debates e desentendimentos entre o Estado, os empresários da comunicação e a sociedade.

Nesse sentido, os setores estatais defendem o monopólio da comunicação, os empresários, a comunicação como um produto à venda e restrito à classe dominante e por fim, a sociedade, diante dos movimentos sociais, buscou criar um meio de comunicação que dever ser partilhado para refletir as necessidades do povo: as rádios comunitárias.

São rádios comunitárias as rádios que asseguram a participação plural de amplos segmentos sociais de todos os matizes que compõem uma comunidade, entendida como grupo social, agregado por interesses, vivência se/ou não de um espaço geográfico comum, que participam de maneira organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados pelo grupo, tendo voz ativa nos diferentes canais de participação necessários à estruturação da emissora, tais como vivências políticas, elaboração da programação e assim por diante (Nunes, 2004).

Costa (2007, p. 43) conceitua que as rádios comunitárias foram criadas e existem para “disseminar as informações, promover debates junto à população, preservar e ressaltar a cultura, hábitos locais e por fim auxiliar na ampliação do exercício da cidadania”.

A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no Rio Grande do Sul (ABRAÇO/RS, 2011) define que

A Rádio comunitária é um tipo especial de emissora de rádio FM (Frequência Modulada), de alcance limitado a, no máximo, 1 km a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Trata-se de uma pequena estação de rádio, que dará condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para a divulgação de suas ideias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que as rádios comunitárias surgem e são mantidas no Brasil pelos anseios e objetivos dos movimentos sociais, dos grupos marginalizados, da população mais pobre do espaço urbano e das comunidades que integram as cidades brasileiras. Mesmo funcionando (em sua maioria) em pequenas estações de rádio, o conteúdo produzido pelas emissoras são extremamente significativos para a comunidade onde ela está inserida, promovendo um espaço democrático para o exercício da cidadania (participação social), produção e preservação da cultura das cidades, além do acesso a informações relevantes para todos os ouvintes.

O caráter coletivo permite e propicia que toda a população participe e mantenha o funcionamento das emissoras, contribuindo para que toda a programação seja criada e estabelecida de forma estratégica e benéfica para as necessidades e objetivos da comunidade. Esse espaço garante a conscientização sobre a importância da mobilização social no espaço urbano, principalmente para os segmentos da população mais pobres e discriminados socialmente, que não obtém espaço em outros meios de comunicação e mídia.

Nunes (2007) aborda que as rádios comunitárias desempenham uma das melhores alternativas e espaços no Brasil para exercer a cidadania e os laços sociais no espaço urbano. O fato de não possuir fins lucrativos, faz com que elas sejam mantidas pela própria comunidade, tanto por pequenas taxas de valores pagos mensalmente, quanto pelos denominados “apoios culturais”, que são contribuições dadas livremente pelo setor comercial e demais instituições e empresas para o mantimento das rádios.

Diferentemente das rádios comerciais, na programação das rádios comunitárias também existe a divulgação de produtos e serviços de comércio da cidade, entre outras instituições que contribuem nos apoios culturais, porém, os valores repassados para a gestão da emissora é utilizado unicamente para o seu funcionamento e demais contribuições sociais possíveis.

A quantidade de propagandas e anúncios é significativamente melhor, tendo como foco a construção de uma programação fundamentada na diversidade, com programas de características culturais, políticas, sociais, de entretenimento, com maior participação do público, entre outros exemplos. A Lei 9.612/1998, regulamentada pelo decreto 2.615/1998 torna as rádios comunitárias legalmente constituídas, a qual prevê seu funcionamento somente em nome de associações comunitárias ou fundações (Peruzzo, 2010).

A autorização para o funcionamento das rádios é fornecida pelo Ministério das Comunicações, órgão do Governo Federal, por meio de uma solicitação jurídica devidamente encaminhada pela comunidade.

Peruzzo (2010) ainda destaca a exigência posta para que a própria comunidade se organize em torno de uma associação sem fins lucrativos, visando a administração dos canais de comunicação, com toda a diretoria e colaboradores promovidos pela própria comunidade de forma colaborativa e democrática. No Brasil, também existem as denominadas “rádios livres comunitárias”, que são aquelas que não possuem autorização para funcionar, contudo, atuam de forma bastante semelhante as demais emissoras regulamentadas.

O fato de serem um espaço democrático e de ampla participação da comunidade, não faz com que qualquer conteúdo e participação, sem nenhuma mediação sejam compartilhados. Nunes (2007) e a associação (ABRAÇO/RS, 2011) apontam para valores e fundamentos bem definidos na programação das rádios, com foco no respeito a pluralidade étnica, social, cultural e de gênero, abordando questões sobre a sustentabilidade, o incentivo a participação e ao debate político que vise benefícios para a população, a promoção da cultura local e a diversidade de manifestações religiosas.

Dessa forma, o conteúdo difundido pelas emissoras, a participação da comunidade nos programas, e os apresentadores atuam baseados no respeito a todos esses valores descritos, reafirmando os benefícios das rádios no desenvolvimento social. O espaço urbano, as cidades e comunidades que obtêm as rádios comunitárias tornam-se lugares mais cidadãos, democráticos, atentos as questões que integram o seu cotidiano, com a possibilidade de preservar e valorizar os saberes, costumes e características de cada lugar, evidenciando por meio das ondas do rádio toda a diversidade sociocultural presente na vivência das comunidades brasileiras.

Oliveira (2020) aborda que assim como outros movimentos e organizações sociais, existem muitos desafios e dificuldades para o funcionamento das rádios comunitárias, não só relacionadas aos seu mantimento financeiro, como também a sua administração e possíveis deturpações de objetivos, normalmente proporcionadas por líderes políticos e instituições comerciais. As emissoras comunitárias também tem como característica o fornecimento de um espaço para o poder público das cidades divulgarem suas ações e políticas em prol da população.

Esse é mais um dos grandes benefícios, pois, diante desse meio de comunicação, a comunidade passa a ter acesso a informações importantes sobre serviços de saúde, educação, segurança, entre outras esferas.

Contudo, a rádio não é um “palanque” de partidos ou do próprio governo, e nesse cenário, partidos políticos tendem a querer deturpar esse espaço para seu próprio benefício, sendo esse um combate contante da gestão da emissora e da própria comunidade.

As rádios comunitárias não têm partidos políticos, nem um credo religioso exclusivo, nem devem servir de espaço para o crescimento econômico de empreendedores, pelo contrário, essas rádios foram criadas como alternativas contrárias a essas realidades que acometem os demais setores da grande mídia. Na perspectiva comunitária, o que se destaca é a presença da diversidade, do espaço para os marginalizados, para a discussão das demandas que interessam de fato a população, de tal forma que apoiadores culturais ou outros setores só possam participar se respeitarem esses valores.

Toda essa atuação e contribuição das rádios comunitárias para o espaço urbano torna esse meio de comunicação um espaço de estudos e pesquisas não só para a comunicação e o jornalismo, como também para a Geografia. Borges (2014) disserta que projetos de divulgação de atividades geográficas municipais são bastante recorrentes entre as rádios comunitárias, contudo, pouco disseminadas.

Apesar da temática dos meios de comunicações ser pouco abordada pela Geografia, as rádios comunitárias apresentam uma territorialidade e um aspecto espacial de grande interesse para a mesma. Elas estão relacionadas a uma ação em diversas escalas, bem como a formação e mobilização de espaços políticos locais e a política em território nacional (Borges, 2014, p. 1379).

Conforme abordado acima, os impactos das rádios comunitárias no espaço local é um fenômeno de destaque que se relaciona não só com os estudos acerca dos meios de comunicação, mas nas áreas que buscam estudar a relação entre a comunicação, o espaço urbano, a política e a sociedade.

Conforme Borges (2014), ainda que se tenham poucos estudos presentes na Geografia sobre os meios de comunicação, principalmente no que se refere às rádios e suas influências no espaço geográfico, a presente análise deve ser estimulada e evidenciada, justificando o escrito do trabalho.

Lefebvre (2002) reafirma que o estudo do espaço na Geografia é o estudo do “espaço vivido”, veiculado as práticas sociais e nesse cenário, os mecanismos de participação e mobilização social, cultural, política e cidadã promovidos pelas rádios comunitárias constituem esse espaço vivido, repleto de representatividade, produção cultural, reivindicações sociais e manifestações diversas da relação entre o povo e o meio.

De tal forma que os indivíduos e suas relações transformam sua comunidade por meio da comunicação e das expressões exercidas pela rádio comunitária e o espaço, também influencia no cotidiano de cada pessoa.

Diante dessa relevância, as mais de 5 mil rádios comunitárias presentes no Brasil atualmente, conforme dados do Ministério da Comunicação (Brasil, 2023), distribuídas entre 23 estados e milhares de municípios, fundamentam-se enquanto uma organização social e um meio de comunicação de significativa importância para os estudos socioculturais do espaço urbano, principalmente focados em uma escala local (comunidade).

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a escrita do presente trabalho estão fundamentados na revisão bibliográfica de autores e pesquisas que abordam a temática discutida (Brito; Oliveira; Silva, 2021). As reflexões desenvolvidas no artigo e seus tópicos são de caráter qualitativo e assim como afirma Oliveira et al. (2020, p. 02), “[...] uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas”.

A escolha pela pesquisa bibliográfica por meio da análise de conteúdo é alicerçada na sua contribuição para o entendimento de assuntos que necessitam de aprofundamentos acerca de seus conceitos, legislações, fundamentos, dificuldades e possibilidades, levando em consideração não só os fatos concretos, mas os aspectos subjetivos (Pizzani *et al.*, 2012).

Conforme Gil (2008), a pesquisa científica é caracterizada pelo seu planejamento e ordem na elaboração de métodos com o objetivo de conseguir alcançar os resultados propostos. Para o seu desenvolvimento, requer além de um conhecimento prévio acerca do tema, que sejam expostos todo tipo de conhecimento sobre a temática sugerida e que sejam avaliados os meios a serem usados para alcançar os objetivos sugeridos.

No que se refere à abordagem de cunho qualitativo, optou-se por essa, pois possibilita desenvolver um estudo mais amplo e ao mesmo tempo centrado nos objetivos propostos (Silveira; Cópova, 2009). Conforme os autores citados, esse tipo de abordagem não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Os critérios de exclusão e inclusão adotados para a utilização das referências bibliográficas estão pautados na relação direta com o tema proposto, ou seja, na leitura e uso de trabalhos que abordam as rádios comunitárias no Brasil, sua relação com o espaço urbano, a comunidade, e os impactos da mobilização social promovidas por essa organização pela ótica dos estudos geográficos.

Diante da reduzida quantidade de trabalhos relacionados às rádios comunitárias e os estudos geográficos, buscou-se utilizar materiais da área da Geografia, como também da Comunicação, do Jornalismo e de demais autores que refletem sobre o urbano, os meios de comunicação e sua relação com a cultura, a política e os movimentos sociais.

Nesse sentido, para a leitura e adoção dos trabalhos que fundamentam o escrito foram descritas as seguintes palavras-chave na plataforma de trabalhos on-line *Google Acadêmico*: Rádios comunitárias; Meios de comunicação; Espaço urbano brasileiro; As rádios e a cidadania; Rádios comunitárias e Geografia; Espaço geográfico e os impactos das rádios comunitárias na comunidade.

Após a realização da pesquisa, foi realizada a leitura dos trabalhos encontrados, separando as produções que mais se relacionam com a presente temática e os referidos objetivos específicos. O objetivo é promover a produção de uma pesquisa que destaque o papel das rádios comunitárias sob o espaço urbano brasileiro a partir de uma análise da Geografia, contemplando os impactos das rádios enquanto uma organização sociocultural que influencia toda a comunidade a qual está inserida.

Além da pesquisa bibliográfica, a metodologia do trabalho busca destacar brevemente no tópico *resultados e discussões* (abaixo), reflexões produzidas por meio de um estudo de caso realizado na Rádio Comunitária Araça FM, enfatizando a importância e as contribuições da organização para a democratização da informação, e a produção cultural do município de Mari, na Paraíba.

O estudo foi realizado no primeiro semestre de 2024, organizando informações sobre a história da rádio comunitária, o papel da organização no espaço mariense, características sobre as formas de participação e mobilização socioculturais promovidas pela rádio na comunidade, além de elementos que constituem sua programação atual e demais relatos que contribuam com a discussão.

O acesso as informações foram disponibilizados por colaboradores da própria emissora, mediante a explicação dos objetivos do presente trabalho. Além disso, também foram desenvolvidas algumas entrevistas por meio de um questionário semiestruturado (*disponível no apêndice*).

Os questionários foram aplicados a algumas pessoas que contribuíram e ainda fazem parte da história da rádio, em busca de destacar relatos e experiências que também somem a reflexão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A rádio comunitária Araçá FM, localizada na cidade de Mari, na Paraíba, é uma das organizações de destaque entre os meios de comunicação da Zona da Mata Paraibana. Sintonizada no número 105.9 das ondas FM, a emissora promove a democratização da informação para todo o município de Mari, como também para os demais ouvintes que podem se conectar à programação da rádio pelas ondas da emissora e pela transmissão dos programas na plataforma do Youtube para todo o Brasil.

Em 5 de fevereiro de 1998, um grupo de 40 pessoas – integrantes de entidades comunitárias e representantes de instituições sediadas em Mari-PB – encabeçado pelo jornalista Fábio Mozart, se reuniram para fundar a Rádio Comunitária Araçá FM. Na ocasião, elegeram uma diretoria executiva e aprovaram seus estatutos sociais e código de ética. Somente em 1º de setembro de 1998 a Rádio entrou no ar pela primeira vez, em caráter experimental, conforme decisão das entidades confederadas na Associação Paraibana de Radiodifusão Comunitária.

Desde a primeira transmissão, até os dias atuais, a rádio ocupa uma posição essencial no contexto de múltiplas contribuições para a população da cidade de Mari, não só enquanto meio de comunicação, mas como um espaço de produção cultural e social.

A emissora fica localizada no centro da cidade, na avenida Antônio de Luna Freire (S/N). O prédio de funcionamento da emissora representa um importante elemento cultural que marca a história do município, a antiga Estação Ferroviária, sendo uma das estratégias para a conservação do local. Durante o decorrer dos anos, desde a fundação da rádio comunitária, a comunidade como um todo empenhou-se em contribuir para a administração do espaço, proporcionando condições não só para o funcionamento da emissora, mas como também o mantimento do prédio de características que simbolizam a história do município.

Abaixo, seguem registros (externos e internos) atuais do prédio da emissora.

Figura 1 – Prédio da emissora Rádio Comunitária Araça FM.



Fonte: Acervo do autor (2024).

Figura 2 – Prédio da emissora Rádio Comunitária Araça FM.



Fonte: Acervo do autor (2024).

Figura 3 – Prédio da emissora Rádio Comunitária Araça FM.



Fonte: Acervo do autor (2024).

Figura 4 – Instações internas emissora Rádio Comunitária Araça FM.



Fonte: Acervo do autor (2024).

Figura 5 – Instações internas emissora Rádio Comunitária Araça FM.



Fonte: Acervo do autor (2024).

Conforme pode ser visto nas figuras, o prédio da rádio é extremamente conservado e passou por diversas reformas desde que a emissora passou a funcionar no espaço no início dos anos 2000. As pinturas representam elementos da história e cultura do município, evidenciadas nas paredes por artistas pintores da própria comunidade.

Enquanto característica das rádios comunitárias, a presidência e direção da emissora é escolhida a cada 04 anos, por meio de uma votação comunitária entre os próprios membros. Atualmente, a rádio é dirigida pelo também comunicador, João Marinho. A diretoria da emissora tem a função de administrar o espaço, distribuindo os recursos alcançados e distribuídos pela própria comunidade, visando a manutenção do espaço, sua organização e as devidas condições para o seu funcionamento cotidiano.

Como a instituição não possui fins lucrativos, os repasses financeiros para sua manutenção acontecem de múltiplas formas, dentre elas: contribuições mensais da própria comunidade, com valores simbólicos, tornando os contribuintes participantes do denominado “Clube dos Ouvintes”, além dos repasses dos múltiplos comerciantes e empreendedores da comunidade denominado de “Apoios Culturais”, que contribuem com valores diversos em troca da divulgação de seus produtos e serviços.

A rádio não possui funcionários, nem folha salarial, atuando em todos os seus programas com a participação e o engajamento de colaboradores: adolescentes, jovens, adultos e idosos da própria comunidade. Conforme acesso a descrição do documento denominado de “Histórico da Associação Rádio Comunitária Araçá FM”, concedido pelo próprio presidente e diretor, o objetivo principal da Rádio é a comunicação, levando à comunidade em geral: mensagens, notícias e músicas, além de servir como “escola” para os jovens que tem interesse pela comunicação.

Vale considerar que 80% dos programas da emissora são conduzidos por adolescentes e jovens, entre 10 a 29 anos, oriundos das várias comunidades do município. Os jovens “locutores e ”controlistas” passam por um processo de seleção, em que são considerados vários aspectos: desde as aptidões “artísticas”, passando pelo comprometimento comunitário e visão que eles têm da sociedade e do mundo. A programação da Emissora conta com a participação de grupos que representam os diversos segmentos do município: igrejas católicas e evangélicas, entidades de classes e filantrópicas, representantes do poder público municipal, infantil, conselho de espaço dedicado ao gênero, espaço dedicado à educação Pastoral da Criança, grupo da Melhor Idade, Alcoólicos Anônimos, entre outros.

Como espaço de discussão e interação com a sociedade; mantendo dois Programas jornalísticos interativos: Liberdade de Expressão, que vai ao ar de segunda a sexta, das 10 às 12hs e o Araçá em Debate, aos sábados, das 9 às 12hs. A emissora conta com vários meios de interação com os ouvintes: homepage (cantinho do recado) Facebook, Twitter, App Rádio fácil, WhatsApp e telefones fixo e celular.

A grade de programação da emissora guarda uma valorização profunda com os “artistas da terra”, ou seja: são vários os espaços dedicados à cultura local, nos quais se apresentam os vários artistas locais, da mais ‘simples’ a mais ‘erudita’ arte do município e região. Na busca por maiores informações e relatos de experiência sobre o papel da rádio Araçá para a comunidade, foram desenvolvidas entrevistas com 3 colaboradores e integrantes da instituição: A comunicadora e agenciadora cultural, Simone Tâmara Silva Marinho, o sonoplasta e também comunicador, Joanderson Santos e por fim, o atual presidente e diretor João Damião Marinho.

As respostas e diálogos promovidos serão brevemente abordados em forma de reflexões. Ao serem questionados sobre quais os principais desafios vivenciados pela emissora para o seu funcionamento (*questão de número 3 do questionário disponível no apêndice*), a comunicadora e o atual presidente destacaram o fato de serem uma associação comunitária e assim, dependem de doações e recursos financeiros da própria comunidade, diante dos apoios culturais e das colaborações adquiridas pelo clube dos ouvintes. Em suas palavras, Simone declarou que: “Por ser uma associação e viver de doações, para manter as despesas que são altas é um grande desafio”.

Essa é uma realidade das rádios comunitárias no Brasil. Ao mesmo tempo que demonstra a necessidade de maior investimento para conservar e manter essas emissoras, também destaca a relevância dessas emissoras para suas comunidades, visto que mesmo diante de tantos custos para o seu funcionamento, a população de forma voluntária e colaborativa investem e lutam para o seu mantimento.

Sejam nos apoios culturais do setor comercial do município, ou nas contribuições do poder público que também se utiliza da emissora para a comunicação dos serviços prestados a população, percebe-se na cidade de Mari, uma mobilização contínua entre a comunidade para a manutenção da emissora diante de seus múltiplos serviços prestados.

Os valores simbólicos adquiridos pelo clube do ouvinte, com ofertas a partir

de 5 reais mensais, também representam essa relevância social da emissora enquanto um meio de comunicação, um espaço de produção cultural, uma ferramenta de contribuição para o desenvolvimento da cidade, além do vínculo afetivo e de identidade das pessoas com a emissora.

O sonoplasta Joanderson destacou como um dos desafios vivenciados pela emissora (e demais rádios comunitárias no território brasileiro) a questão da manutenção de uma associação popular, voltada para o povo, em meio a governos antidemocráticos em nível nacional e local. Segundo ele, “perseguições políticas” que visam derrubar o funcionamento da emissora são uma realidade no dia a dia, levando em consideração que a população utiliza dos espaços fornecidos nos programas para reivindicar questões e problemas vividos na comunidade, dentre outras ações negligenciadas pelo poder público.

Demandas sobre a saúde, as escolas do município, a organização do espaço urbano e demais questões que fazem parte da comunidade, principalmente dos mais pobres e marginalizados são diariamente expostas nos programas jornalísticos da emissora, pela voz dos apresentadores e da própria população que participa dos programas por meio de ligações, áudios via whatsapp, ou indo a própria emissora, onde o espaço é concedido.

Essa “cobrança” tão benéfica para o povo, torna claro desigualdades sociais em múltiplas esferas, pressionando o poder público a agir em prol de melhorias, por isso, a questão da perseguição. Ainda com esses desafios presentes, os colaboradores ressaltam que a rádio Araça permanece funcionando e se desenvolvendo com maior impulso nos últimos anos, tanto em sua estrutura física e tecnológica, como na inclusão de mais colaboradores (jovens e adolescentes) que tanto acrescentam na programação.

Ou seja, a comunidade tem se comprometido em colaborar e a gestão da emissora tem exercido resiliência frente às perseguições políticas. A questão de número 4 abordou “quais os principais princípios (valores) e objetivos da emissora?”. Segue alguns apontamentos dos entrevistados.

Simone respondeu: “Ajudar a Comunidade de forma geral, por meio da realização de campanhas de alimento, roupas, exames, medicamentos e outras formas de ajudar a população mariense”. João declarou: “Desenvolver um trabalho visando o desenvolvimento local, o desenvolvimento da cidadania”.

Ou seja, a finalidade da emissora não é simplesmente funcionar como um meio de comunicação, mas utilizar desse canal para promover contribuições sociais diretas para a população.

A realização de campanhas para a aquisição de alimentos, roupas, medicamentos, entre outros recursos é um dos maiores exemplos da relevância da emissora para a comunidade, conseguindo ajudar diariamente diversas famílias do município que utilizam do canal para expressarem suas necessidades extremas e assim, de forma voluntária, a própria população se organiza na aquisição dos recursos, levando-os a rádio que prontamente, distribui para os solicitantes.

O desenvolvimento local destacado pelo presidente está focado no compartilhamento das necessidades da comunidade em prol de sua melhoria, na divulgação dos serviços e produtos dos microempreendedores da comunidade, movimentando o comércio do município e aquecendo a economia do espaço urbano.

Ainda nesse contexto, questionados sobre qual a importância da rádio para a cidade de Mari, João Marinho respondeu: “Garantir espaço para liberdade de expressão da população, independente de religião, cor ou classe social”. Essa possibilidade de participação e liberdade de expressão constitui um dos maiores benefícios sociais das rádios comunitárias em todo o Brasil, garantindo um espaço para os menos favorecidos e marginalizados que tem suas demandas negligenciadas e esquecidas, podendo utilizar-se dos microfones da emissora para expressarem suas reivindicações, percepções e contribuições de vida.

Reafirma-se o valor cidadão da emissora para a comunidade. Joanderson declarou que: “A maior relevância da rádio em Mari relaciona-se com a valorização da cultura por meio da participação dos artistas locais e da oportunidade de liberdade de expressão para que as injustiças sociais tornem-se conhecidas e combatidas diante dos programas jornalísticos e a participação dos ouvintes”.

Nesse sentido, não só as demandas sociais são abordadas com o intuito de promover melhorias para a sociedade civil, como também os artistas da comunidade encontram espaço para a expressão e divulgação de seu trabalho, sendo uma importante ferramenta de valorização da cultura.

Cantores, músicos, repentistas, cordelistas, autores de livros, pintores, entre muitos outros indivíduos conseguem espaço na emissora, nos programas voltados para a cultura, visando a divulgação dos seus trabalhos, compartilhando os conhecimentos e a arte paraibana e mariense.

A produção e engajamento cultural é mais um dos relevantes elementos de contribuição da Rádio Araça para a comunidade. A questão de número 6 da entrevista abordou a seguinte reflexão: Como a comunidade participa da organização e programação da emissora?

As respostas obtidas por meio dos colaboradores e também integrantes da diretoria da rádio foram relevantes para compreender os meios de participação e democratização da emissora.

Simone respondeu: “Existe um quadro de associados da Rádio, onde um total de pessoas que fazem parte da diretoria organizam a parte interna da Rádio e a comunidade reivindica seus direitos e valores na grade de programação da emissora antes através de cartas, mas agora com a tecnologia por meio do telefone e mídias sociais”. O diretor João declarou que: “Através de programas institucionais, espaços comunitários e participações diárias em toda programação”.

Ou seja, a diretoria (elegida pela comunidade), atua em parceria com a comunidade na gestão de toda a programação da emissora, como também na organização de eventos e demais iniciativas desenvolvidas pela rádio. O clube do ouvinte consta com centenas de colaboradores que possuem total abertura para reivindicar questões sobre o funcionamento e atuação da emissora, propor programas e ações, além de dialogarem abertamente sobre a direção do espaço.

Assim, a comunidade atua não só na participação dos programas, como também na gestão da própria rádio de forma indireta e direta. A Rádio Araça é feita pelo povo e para o povo. Abaixo, segue a programação completa da emissora fornecida pela diretoria da rádio, de segunda a domingo, demonstrando a variedade de programas presentes na grade de apresentação.

Programas voltados a cultura da cidade e do estado, com incentivo aos esportes locais, programações religiosas de diferentes denominações (igrejas da cidade), programas musicais, institucionais, além de outros projetos com a direção do poder público municipal com a intenção de divulgar atividades e ações da prefeitura em prol da população.

A programação atual foi organizada pela diretoria, porém, consta com a contribuição de toda a comunidade acerca de programas que mais se relacionam com as necessidades e a identidade da população mariense. A finalidade é uma programação que atinja todos os públicos (de crianças aos idosos), proporcionando uma variedade de informação e entretenimento.

Figura 6 – Programação da Rádio Araça Fm.



CNPJ: 02.471.543/0001-12
 Rua Antônio de Luna Freire, s/n - Centro - Mari-PB
 Contatos: (83) 99826-1450 / 99811-7883
 E-mail: araca_fm@yahoo.com.br

PROGRAMAÇÃO ARAÇÁ FM

⇒ SEMANAL

06H:00 => ESPAÇO NORDESTINO
 08H:00 => COMUNICAÇÃO TOTAL
 10H:00 => LIBERDADE DE EXPRESSÃO
 12H:00 => ARAÇÁ ESPORTIVA
 13H:00 => BREGÃO 105.9
 15H:00 => TARDE TOTAL
 17H:00 => (SEG: **ALCÓLICOS ANÔNIMOS**) (TER: **PASTORAL DA CRIANÇA**) (QUA: **RÁDIO BARATA**)
 (QUI: **VIDA NÃO TEM IDADE**) (SEX: **ASSOCIAÇÃO MANOEL XUDU**)
 17H:30 => AVE MARIA
 18H:00 => (SEG: **É JÁ A ÚLTIMA HORA**) (TER: **VIOLAS DE MINHA TERRA**) (QUA: **SINDICATO DOS**
TRABALHADORES RURAL) (QUI: **EDUCAÇÃO EM FOCO**) (SEX: **PREFEITURA MUNICIPAL**)
 19H:00 => A VOZ DO BRASIL
 20H:00 => MOMENTO DE TERNURA

⇒ SÁBADO

06H:00 => VAQUEIRO, CAVALO E GADO	15H:30 => BRINCADEIRA DE CRIANÇA
08H:00 => MOVIMENTO MULHER	17H:00 => MOMENTO DE REFLEXÃO
10H:00 => ARACÁ EM DEBATE	18H:30 => POP ROCK.COM
13H:00 => FALANDO DE ESPORTE	20H:00 => ESTAÇÃO SAUDADE
14H:00 => AS CAMPEÃS DA SEMANA	

⇒ DOMINGO

06H:00 => ALVORADA SERTANEJA	15H:00 => CONEXÃO GOSPEL
07H:30 => SANTA MISSA EM SEU LAR	17H:30 => O GONZAGÃO E SUA HISTÓRIA
09H:00 => ROBERTO CARLOS ESPECIAL	19H:30 => CULTO ASSEMBLÉIA DE DEUS
12H:00 => DESCONTRAÇÃO	21H:00 => MELODIA BRASILEIRA

Fonte: Acervo do autor (2024).

A pastoral da criança, os Alcoólicos Anônimos, o sindicato dos trabalhadores rurais, além de outras associações sociais também possuem a oportunidade de realizarem programas em horários e dias específicos da emissora, também contribuindo com as causas sociais trabalhadas por todas essas instituições. Por fim, diante da seguinte questão de número 7: Em suas palavras, a rádio comunitária contribui de alguma forma para o desenvolvimento do município?

Destacam-se o relato do comunicador Joanderson, ao afirmar que: “A rádio comunitária Araça FM contribui de várias formas para o desenvolvimento de Mari, com destaque a capacitação das crianças e jovens que aperfeiçoam suas habilidades de comunicadores na apresentação dos programas infantis e variados, no compartilhamento das atividades culturais e eventos da cidade, no fortalecimento da economia por meio dos apoios culturais, além de ser o principal meio de comunicação e mobilização social de toda a comunidade mariense”.

A também comunicadora e agenciadora Simone, declarou: “Hoje, a população mariense tem a quem reivindicar seus direitos, além de ajudar bastante as famílias carentes que passam por dificuldades sociais, servindo de escola para muitos jovens, abrindo portas para oportunidade de trabalho e incentivando para a formação de grandes profissionais”.

A cidadania, conforme Costa (2007) e Almeida (2010) é desenvolvida por meio da participação efetiva do cidadão sob as dinâmicas do espaço urbano. Nesse contexto, a oportunidade de reivindicação dos direitos sociais coletivos, a contribuição política, educacional e cultural exercida por meio da divulgação e produção de conhecimento nas ondas sonoras são marcas que constituem a Rádio Comunitária Araça FM, como uma instituição essencial para a consolidação da cidadania de forma prática e efetiva.

Diante da multiplicação dos meios de comunicação atuais, novas tecnologias e mídias/redes sociais que manifestam o conhecimento de formas mais abrangentes e “inovadoras”, o mantimento das rádios comunitárias consolida-se como uma relevante conquista não só para os meios de comunicação do país, como para todas as comunidades envolvidas e empenhadas em manter essas organizações em funcionamento.

O som do rádio ligado nas casas, calçadas e nas caixas de som no espaço urbano são alguns dos elementos integrantes da cultura das cidades brasileiras, principalmente das cidades do interior e as comunidades e periferias marginalizadas. A atuação e presença das emissoras comunitárias representam resistência social e cultural, manifestam o resultado das ações e reivindicações coletivas em prol da liberdade de expressão, dando “voz e a vez para o povo”, produzindo significativas contribuições para toda a sociedade civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se reafirmando a relevância e os múltiplos benefícios da atuação das rádios comunitárias sob o espaço urbano, contribuindo para a democratização da informação nas cidades, para a produção e o fortalecimento da cultura das comunidades, no engajamento da economia por meio da publicidade e dos apoios culturais, além de consolidar-se como um espaço de mobilização e organização social, política e cidadã.

A manutenção das emissoras e a organização de suas programações construídas e voltadas para o povo, com a participação dos membros da comunidade, contribuem para a liberdade de expressão dos grupos e comunidades marginalizadas, atuando como uma importante ferramenta de reivindicação da população acerca dos seus direitos sociais, tornando conhecidas as principais demandas e problemas que integram o cotidiano das cidades com a finalidade de cobrar do poder público o cumprimento de seus deveres fundamentais.

Por meio do estudo de caso realizado na Rádio Comunitária Araça FM, localizada em Mari-PB, foi possível perceber por meio dos relatos e diálogos com seus colaboradores, além de todo o envolvimento da comunidade no dia a dia de funcionamento da emissora, a real importância e valor da rádio para os cidadãos marienses. Enquanto pesquisador e também cidadão residente na cidade de Mari, compartilho das discussões e relatos produzidos no decorrer do trabalho, declarando os benefícios da emissora para diversos setores da comunidade.

Desde os mais jovens, até os mais idosos, a rádio Araça possui ouvintes cativos aos seus programas, desde as programações mais jornalísticas que atuam diretamente na abordagem de temas relevantes para a população, até as programações mais culturais que contribuem para o fortalecimento da cultura popular, dando oportunidade para os artistas da terra expressarem seu trabalho e desenvolverem conhecimentos.

Diante do estudo das dinâmicas que integram o espaço na Geografia, pode-se afirmar a abrangente atuação das rádios comunitárias e seus efeitos sob as dinâmicas sociopolíticas, econômicas e culturais que fazem parte das cidades e comunidades a qual estão inseridas, justificando a escrita do presente trabalho e a busca pelo aprofundamento da discussão proposta.

REFERÊNCIAS

ABRAÇO/RS. **Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no Rio Grande do Sul**. 2011. Disponível em: www.abraçors.org.br/quem_somos. Acesso em: 01 abr. 2024.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe; MORIGI, Valdir Jose. **A prática de cidadania comunicativa na experiência de rádio comunitária**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. 2010.

ANDRADE, Juliana; MENEGUETTI, Celso; BRAZ, Vânia. O trabalho de uma **Rádio Comunitária**. XIINIC – XIEPG – VINICJR. 2011. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0222_0425_01.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024

BORGES, Tatiana Lemos dos Santos. **Espaços Políticos locais através das ondas do Rádio: o caso das rádios comunitárias**. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.

BRANDÃO, C. A. L. (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRASIL. **Ministério das Comunicações**. RádioDifusão. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/marco/mais-de-7-8-milhoes-depessoas-serao-beneficiadas-com-selecao-de-radios-comunitarias-em-23-estados>. Acesso em: 06 abr. 2024.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; SILVA, Brunna Alves. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

CALLAI, H. C. **Estudar o lugar para compreender o mundo**. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. Ensino de geografia práticas e textualizações no cotidiano. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et. al. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios, São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Mônica Aguiar. **Rádio comunitária como instrumento para a realização da cidadania**. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

COSTA, Rildo Albino da. A importância das rádios comunitárias para as comunidades em que estão inseridas. **Anagrama**, v. 4, n. 3, p. 1-10, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Atlas, São Paulo, 2008.

LEÃO, Enival Mamede; STACCIARINI, José Henrique R. **A Construção da**

Cidadania Pelas Ondas das Rádios Comunitárias na Microrregião de Catalão. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Goiânia – GO. 2010. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0744-1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana.** 1. reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2011.

LENCIONI, S. **Totalidade e Tríades:** compreendendo o pensamento de Henri Lefebvre. p. 251 – 266, 2018. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20181003014033/Políticas_publicas_territorio.pdf#page=252. Acesso em: 10 fev. 2024.

NUNES, Márcia Vidal. **Rádios comunitárias:** exercício de cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In: PAIVA, Raquel(Org). **O retorno da comunidade: (os novos caminhos do social).** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. **Escuta sonora - recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias.** Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

OLIVEIRA, *et al.* **Grupo Focal:** uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? In: **Cadernos da Fucamp, UNIFUCAMP**, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

OLIVEIRA, F. M. G; SILVA NETO, M. L. Do direito à cidade ao direito dos lugares. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2020. Disponível em:<https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190180>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PEREIRA, Valderiza da Silva *et al.* **Cultura Viva:** o programa que faz toda diferença. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0346-1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM. **Anais do XIX Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro**, 2010.

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28. Acesso em: 07 nov. 2023.

RIBEIRO, Adriana; ESTEVES, Alessandra. **Cem anos do rádio no Brasil:** o Sistema de Radiodifusão Educativa. Rádio Agência. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2022-08/cem-anos-do-radio-no-brasil-o-sistema-de-radiodifusao-educativa>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4 ed. 9. reimpr. –São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. Original: 1996.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Original: 1978.

SILVA, Maria da Graça Bernardes. **Introdução ao Jornalismo**. Rondônia: Universidade Federal de Rondônia, UNIR, 2010.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. *Dentro*: GERHARDT, Tatiana Angel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.) **Métodos de Pesquisa**. 1.ed.Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SPOSITO, M. E. B. **A produção do Espaço Urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais**. In: Org. CARLOS, A. F; SOUZA, M. L; SPOSITO. M. E. B. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. Editora: Contexto. São Paulo: 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) O processo de urbanização no Brasil. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2010.

APÊNDICE
QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

RÁDIOS COMUNITÁRIAS E ESPAÇO URBANO: ESTUDO DE CASO A PARTIR DA
RÁDIO ARAÇÁ, MARI-PB

- 1 – Qual o seu nome?

- 2 – Qual função você desempenha ou desempenhou na Rádio Comunitária Araçá FM?

- 3 – Em sua experiência, quais os principais desafios vivenciados pela emissora para o seu para o funcionamento?

- 4 - Quais os principais princípios (valores) e objetivos da emissora?

- 5 – Qual a importância da rádio para a cidade de Mari?

- 6 – Como a comunidade participa da organização e programação da emissora?

- 7 – Em suas palavras, a rádio comunitária contribui de alguma forma para o desenvolvimento do município?

- 8 – A programação da emissora propicia meios de produção cultural e social para a comunidade?